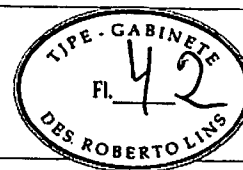




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 331750-4 – Riacho das Almas (1ª Vara Única)

Impetrante: O Bel. Antonio Joarley Moura Araújo
Paciente: Alexandre da Silva Correia
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Convocado:
Procuradora: Drª. Lúcia de Assis
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ARTIGOS 33 e 35 DA LEI Nº 11.343/06. PRISÃO EM FLAGRANTE HOMOLOGADA. ALEGATIVAS DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA E, DE FORMA IMPLÍCITA, DE DIREITO À CONSECUÇÃO DA MERCÊ DA LIBERDADE INTERINA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE O PACIENTE OSTENTA ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS AO CONSEGUIMENTO DA LIBERDADE INTERINA. PREVALECIMENTO DA CONSTRIÇÃO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO DO PACIENTE. *MANDAMUS* DENEGADO. 1. Avultando dos autos que o feito criminal catalisador do presente *Writ* já se encontra com a instrução encerrada, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Inteligência da Súmula 52 do Tribunal da Cidadania. 2. Inexistindo demonstração de que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis, resulta impossível o acolhimento do anelo de aguardamento pelo paciente do julgamento em liberdade. 3. *Habeas Corpus* denegado. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

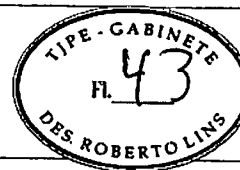
Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 331750-4, da Comarca de Riacho das Almas, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em denegar a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 16 / 10 / 2014.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 331750-4 – Riacho das Almas (1ª Vara Única)

Impetrante: O Bel. Antonio Joarley Moura Araújo
Paciente: Alexandre da Silva Correia
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Convocado:
Procuradora: Drª. Lúcia de Assis
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pleito de liminar, impetrado pelo Bel. Antonio Joarley Moura Araújo, através da prefacial de fls. 02 a 05, em favor de Alexandre da Silva Correia, apontando como autoridade coatora o Juiz da Comarca de Riacho das Almas.

Argumenta o impetrante, em suma, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso injustificável de prazo na conclusão da instrução da ação penal de nº 0000274-14.20138171180, contra ele instaurada por pretensa violação dos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, vez que se encontra preso desde há 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias, sem que o togado tenha feito a inquirição das testemunhas da defesa, fato que configura constrangimento ilegal, sanável pela via do *mandamus*.

De modo periférico, em citação de um acórdão do Colendo Supremo Tribunal Federal, o impetrante argui que a vedação da concessão da liberdade provisória ao preso em flagrante por tráfico, veiculada pelo artigo 44 da Lei nº 11.343/06, padece de inconstitucionalidade.

Pede, alfim, a revogação do decreto de prisão exarado em desfavor do paciente, para que ele possa aguardar em liberdade o julgamento da ação penal catalisadora do *Writ*.

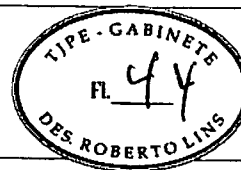
Indeferido o pleito de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 30 a 31, aclarando que o paciente foi preso em flagrante e denunciado, juntamente com Andréia Cícera dos Santos, por acusação de violação dos artigos 33 e 35, c/c o art. 40, inciso VI, da Lei nº 11.343/06, e 69 do Código Penal.

Adiu que a audiência de instrução e julgamento foi realizada no dia 16 de maio de 2014, estando os autos com vista ao Ministério Público para o oferecimento das alegações finais.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 36 a 37, opinando pela denegação da ordem, por entender que o feito vem tendo tramitação na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 331750-4 – Riacho das Almas (1ª Vara Única)

seara da razoabilidade e com a instrução encerrada, inserindo-se na situação da Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores, Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

A ação penal catalisadora deste *Writ*, instaurada contra o paciente e uma corre, já foi encerrada, devendo prevalecer, na hipótese, a sentença da Súmula 52 do STJ, que dispõe:

“Encerrada da instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo”.

Essa constatação, *per se*, possui o condão de imprimir o não acolhimento da alegativa de coação extralegal por excesso injustificável de prazo, dando ensanchas à denegação da ordem.

Por outro lado, em relação à alegação periférica inserta na prefacial em relação à liberdade interina, não desconheço o pensamento do Supremo Tribunal Federal a respeito da plena possibilidade da concessão de liberdade provisória nas ações penais instauradas por crime de tráfico, mas faço questão de ressaltar que o ilustre imperante não demonstrou ser o paciente portador de condições pessoais favoráveis à consecução da enfocada mercê, circunstância que impede o acolhimento do pleito de aguardamento do julgamento em liberdade.

Dispenso-me, assim, de outras considerações, para votar, como voto, com o adinículo do parecer da operosa Procuradoria, no sentido da denegação deste *habeas corpus*, à minguia da caracterização do cogitado constrangimento ilegal por excesso injustificável de prazo no desate da instrução criminal, assim como por verificar que o insigne impetrante não demonstrou ostentar o paciente condições pessoais favoráveis à consecução da liberdade provisória.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado